



33319946



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 25/09/2025

LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos

PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Eliza Pimentel da Costa Simões	GM
Manoel Carlos de Almeida Neto	SE
Angelita da Rosa	SE
Victor Epitácio Cravo Teixeira	CONJUR
Sérgio Gomes Velloso	OUV
Sheila Santana de Carvalho	SAJU
Marivaldo de Castro Pereira	SAL
Juliana Amorim de Souza Nogueira	SEDIGI
Paulo Henrique Rodrigues Pereira	SENACON

Marta Rodriguez de Assis Machado	SENAD
Fábio Santos Pereira Silva	SENAJUS
Lício Joaquim da Silva Rego	SENAPPEN
Mario Luiz Sarrubo	SENASP
William Marcel Murad	PF
Alberto Raposo Neto	PRF
Arthur Pereira Sabbat	ANPD
Carlos Jaques Vieira Gomes	CADE
Guilherme Augusto Sousa Guedes	AECI
João Ernesto Christófolo	ASINT
Nayane Jessica de Lima Pereira Pinto	ASPAD
Márcio de Freitas Mozini	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Solange Berto de Medeiros	STI

PAUTA:

1. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
2. Planejamento e Orçamento;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2024-2027: Senasp, Senajus e PF;
4. Informes e Encaminhamentos;

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sr. Manoel Carlos, realizou a abertura da segunda reunião do Comitê de Governança Estratégica (CGE) de 2025, ressaltando a importância do colegiado. Informou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)

e a Polícia Federal (PF) fariam as apresentações previstas para o encontro, ficando a apresentação da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) adiada para a próxima reunião.

2. Dando início à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento (SPO), Sr. David de Lima Freitas, apresentou o primeiro item — *Planejamento e Orçamento*. Comentou sobre a integridade do processo de execução orçamentária, financeira e registros patrimoniais do MJSP e exibiu um slide referente ao monitoramento realizado pela Secretaria-Executiva (SE) sobre inconformidades contábeis identificadas nas unidades do Ministério. Destacou a necessidade de observância aos normativos e às regras de execução de registros contábeis. Ressaltou, nesse contexto, a importância de se estruturar uma Setorial Contábil na Polícia Rodoviária Federal. Em seguida, tratou do segundo item da pauta, *Execução Orçamentária*. Informou que o Ministério apresenta execução avançada, alcançando 87% dos limites orçamentários já disponibilizados. Até o final de 2025, será necessário empenhar mais R\$ 677 milhões, além dos limites atuais. O Subsecretário apresentou também um panorama sobre a execução das emendas parlamentares, ocasião em que foi enfatizada a importância de maior esforço dos órgãos na execução dessas emendas. O Subsecretário abordou, na sequência, o tema das *Transferências Especiais* — as chamadas “emendas Pix” — transferidas diretamente aos entes federados. Informou sobre decisão recente do Ministro Flávio Dino (STF), no âmbito da ADPF 854, que dispensou os órgãos da análise dos planos de ação referentes a 2024 e 2025, embora devam analisar os respectivos relatórios de gestão. Apresentou o cronograma dos planos de ação, destacando o avanço do processo: foram 318 planos na primeira rodada, com análise de 809 metas. Sessenta planos foram identificados pelas unidades finalísticas como não relacionados às competências do MJSP e, por isso, devolvidos ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Em novo ciclo, chegaram 34 planos adicionais, dos quais 13 ainda aguardam análise. Por fim, o Subsecretário tratou da revisão do Planejamento Estratégico destacando que um processo foi encaminhado a todas as unidades do MJSP para que possam refletir sobre resultados, dificuldades e propor ajustes pontuais. Ao encerrar, o Sr. David Freitas devolveu a palavra ao Secretário-Executivo.

3. Na sequência, o Sr. Manoel Carlos deu boas-vindas ao Secretário Nacional de Defesa do Consumidor, Sr. Paulo Henrique Pereira, e passou a palavra ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Mario Luiz Sarrubbo. O Sr. Sarrubbo comentou sobre as emendas parlamentares, destacando que muitas têm chegado sem beneficiário definido e que, com o apoio da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos, foi instituída uma força-tarefa para indicação dos beneficiários, de modo a garantir o cumprimento das metas da SENASP.

4. Em seguida, a Sra. Isabel Figueiredo apresentou o *Projeto Construção ou Apoio de Centros Comunitários pela Vida – CONVIVE* explicou que o CONVIVE é um equipamento social inspirado em experiências bem-sucedidas na Colômbia e no Brasil (Pernambuco e Pará), que oferece serviços públicos, educacionais, de assistência e lazer, contribuindo significativamente para a prevenção da violência nas localidades onde é implantado. O projeto foi selecionado, em 2023, para o *PAC Seleções 2023*. A Sra. Isabel destacou que o orçamento do CONVIVE é monitorado diariamente pela Casa Civil, sendo necessária comunicação e autorização prévia para qualquer ajuste. O edital do PAC Seleções contemplou 30 propostas de estados e municípios; duas não avançaram — uma em Manaus, por ausência de cadastramento, e outra no Maranhão, por problema na titularidade do terreno —, resultando em 28 termos de compromisso firmados. O CONVIVE tem execução *tripartite*, envolvendo a Caixa Econômica Federal (CEF). Foi destacada a necessidade de existência de um alinhamento entre o projeto no Plano Plurianual (PPA) e no Planejamento Estratégico (PE) da SENASP, motivo pelo qual foram sugeridas revisões em etapas de licitação, prazos e metas. Também foi indicada a necessidade de atualização do painel de monitoramento, para adequar a descrição das metas e alinhar o PPA ao PE. Ao final, a Sra. Isabel devolveu a palavra ao Sr. Sarrubbo, que reiterou a importância estratégica do CONVIVE.

5. Dando continuidade à reunião, a apresentação da PF sobre o “Projeto Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado” foi realizada pelo Sr. Cristiano da Cunha Duarte, que comentou sobre a ideia do projeto, voltado à integração entre as instituições, em prol do meio ambiente e outros temas. Foram apresentados alguns prêmios que o Projeto já ganhou e destacadas as parceiras do projeto, que tem o MJSP como principal patrocinador. Foi informado que o Projeto conta com mais de 641 instituições públicas; 121.800 usuários; 215 instituições de segurança pública (do SUSP) e 320% de crescimento desde o início de 2023 – os dados apresentados foram coletados no dia anterior ao da reunião. A Portaria que cria o Projeto Brasil M.A.I.S. estrutura quatro vertentes principais de resolução e de plataformas como a Rede MAIS, que congrega o acesso à tecnologia do Projeto para todos os usuários. Ainda foram apresentadas as diferenças de resolução dos satélites e o nível de detalhamento. Foi informado que o Projeto Brasil M.A.I.S. possui alinhamento com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, apresentando transversalidade com várias Políticas Públicas do MJSP e 33 metas em 10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS - da Organização das Nações Unidas - ONU. Foram investidos aos longos dos cinco anos do Projeto R\$ 279 milhões e o retorno foi um grande impacto nas organizações criminosas. Em seguida, foi apresentada uma análise da queda do desmatamento, sendo o Projeto uma das soluções para a redução do desmatamento, em que o alerta

é mais rápido e as equipes conseguem chegar no tempo necessário. Na segunda parte da apresentação da PF, o Sr. Freire falou sobre a meta estabelecida no PPA para redução do desmatamento e destacou que, em 2024, foi planejada uma redução de 20% em relação à linha base de 2022; em 2025 planejada uma redução de 35%; e de 40% até 2027. A expectativa é que, diante dos esforços, a meta de 2027 possa ser alcançada no ano de 2026. Foram apresentados os resultados das operações de combate ao desmatamento em 2024 sendo: 163 operações, na Amazônia Legal, que geraram uma descapitalização do crime organizado de R\$ 2 bilhões na área ambiental, tanto em apreensões quanto em destruição do maquinário; 425 mandados de busca e apreensão cumpridos e 50 mandados de prisão preventiva cumpridos.

5. Encerradas as apresentações, o Sr. Manoel Carlos abriu espaço para questionamentos. Não havendo manifestações, passou a palavra ao Sr. David Freitas para informes e encaminhamentos. O Subsecretário mencionou o Relatório de Fiscalização em Políticas Públicas e Programas de Governo (RePP), do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia anualmente a qualidade da implementação e o alcance de metas e objetivos governamentais. Informou que o TCU selecionou quatro políticas a partir das páginas institucionais do MJSP: a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e três políticas da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) — Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Engenharia e Arquitetura Prisional. Relatou que, após reunião com o TCU, o MJSP propôs ajustes nas políticas selecionadas, de forma a refletir melhor a Carteira de Políticas da Pasta. Alertou sobre a importância de atenção à divulgação de instrumentos nas páginas institucionais, garantindo transparência e boa comunicação com a sociedade. O Subsecretário parabenizou as equipes das unidades que atuam na gestão de custos, destacando que o MJSP ficou em 1º lugar no ranking de Qualidade da Informação de Custos em 2023 e em 3º lugar em 2024, com certificados entregues neste ano. Apresentou, ainda, o dashboard do Painel de Custos do MJSP utilizado na premiação. Como encaminhamentos, mencionou o processo de revisão da Estratégia do MJSP e informou que a próxima reunião do CGE será realizada no dia 30 de outubro de 2025, última quinta-feira do mês, com apresentações sobre: Projeto Oficinas de Trabalho Prisional (SENAPPEN) – indicador “Pessoas Privadas de Liberdade que participam de atividades laborais”; Projeto Sistema Recall (SENACON) – indicador “Percentual de Resolutividade de Demandas na Plataforma Consumidor.gov.br”; Projeto Celular Seguro (SE).

6. Após os encaminhamentos, o Sr. Manoel Carlos agradeceu a presença de todas e todos e declarou encerrada a reunião do Comitê de Governança Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima**, **Coordenador(a) de Administração**, em 20/10/2025, às 14:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Nayane Jessica de Lima Pereira Pinto**, **Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 20/10/2025, às 14:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO RAPOSO NETO**, **Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 17:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Pereira**, **Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 21/10/2025, às 19:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marivaldo de Castro Pereira**, **Secretário(a) Nacional de Assuntos Legislativos**, em 22/10/2025, às 14:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas**, **Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 22/10/2025, às 15:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Freitas Mozini**, **Subsecretário(a) de Administração - Substituto(a)**, em 22/10/2025, às 18:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Sousa Guedes**, **Coordenador(a)-Geral de Transparência, Integridade e Riscos**, em 23/10/2025, às 09:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Gomes Velloso**, **Ouvendor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 28/10/2025, às 10:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Amorim de Souza Nogueira, Diretor(a) de Promoção de Direitos Digitais - Substituto(a)**, em 28/10/2025, às 16:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Licio Joaquim da Silva Rego, Chefe da Assessoria de Controle, Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 31/10/2025, às 12:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 31/10/2025, às 12:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 31/10/2025, às 15:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 31/10/2025, às 15:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade**, em 31/10/2025, às 18:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Santana de Carvalho, Secretário(a) Nacional de Acesso à Justiça**, em 03/11/2025, às 17:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 04/11/2025, às 18:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELITA DA ROSA, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 27/11/2025, às 15:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Carlos de Almeida Neto, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 27/11/2025, às 18:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33319946** e o
código CRC **90490CF2**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/>
e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e
Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 33319946